

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: RELATO DOS DESAFIOS, EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS

INCLUSIVE EDUCATION DURING THE PANDEMIC CONTEXT: REPORTING CHALLENGES, EXPERIENCES AND EXPECTATIONS


Tamiris Aparecida FACHINETTI¹

Cariza de Cássia SPINAZOLA²


Relma Urel Carbone CARNEIRO³

RESUMO: O presente artigo versa sobre o desafio de se pensar na educação especial e inclusiva no cenário da pandemia provocada pelo Corona vírus causador da COVID-19. O objetivo deste artigo é relatar às formas como as atividades pedagógicas no ensino remoto foram planejadas, desenvolvidas e efetivadas por duas professoras de educação especial, desde a suspensão das atividades presenciais. As discussões giram em torno das práticas pedagógicas adotadas diante do ensino remoto emergencial, das normativas do Ministério da Educação, da falta de apoio e da escassez de procedimentos/propostas do governo federal que, em maior instância, antes da pandemia, com um sistema econômico neoliberal mundial tem transformado grandes conquistas sociais em nome dos interesses do capital. Para tanto, a metodologia adotada foi de cunho qualitativo, os relatos foram divididos em quatro categorias. Como resultados, as experiências relatadas pelas professoras evidenciaram uma ressignificação da educação. Também se destaca um estreitamento positivo nas relações família e escola, desenvolvendo um maior nível de comunicação, interação e troca de informações acerca dos comportamentos e aprendizado. Conclui-se que no âmbito educacional vivencia-se um momento de reflexão e luta por direitos à saúde, cidadania, educação, igualdade; ou seja, o bem público de qualidade acessível a todos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Pandemia. Ensino Remoto.

¹ Doutoranda em Educação (Universidade Federal de São Carlos); docente de Desenvolvimento Social no SENAC de Araraquara. E-mail: tamirisfachinetti@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0003-4859-1471>

² Doutora em Educação (Universidade Federal de São Carlos); professora de Educação Especial na rede municipal de São Carlos (2018) E-mail: carizaspinazola@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0001-5197-5834>

³ Doutora em Educação (Universidade Federal de São Carlos); docente na UNESP/Araraquara. E-mail: relmaurel@fclar.unesp.br  <https://orcid.org/0000-0002-8961-3617>.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta abordar os desafios de professores, estudantes e familiares no contexto do ensino remoto emergencial que se inseriu a partir de março de 2020 no cenário da educação brasileira. O mundo teve que adaptar e buscar novas formas de acesso à educação no contexto da pandemia provocada pelo Corona Vírus pois o distanciamento social representa uma das principais formas de combate à propagação da doença.

A educação especial enfrenta diversas dificuldades e barreiras como escassez de recursos materiais, instrumentais, humanos, bem como, formação condizente para as mudanças necessárias envolvendo toda comunidade escolar, entre outros aspectos. Assim como as demais modalidades de ensino, teve de se adaptar e reinventar a forma de conceber o currículo proposto, vivenciando e experimentando práticas inovadoras, que para além dos desafios, evidenciariam um trabalho colaborativo entre escola e família, oportunizando a continuidade da educação inclusiva, mesmo diante da paralisação das atividades presenciais.

Antes da pandemia o campo educacional vivenciava um período de embates e disputas que se projetaram nos últimos anos com a intensificação de políticas neoliberais. Com atenção a essa dinâmica, o presente artigo busca dar visibilidade à atuação de diferentes atores no contexto atual – as pessoas com deficiência e seus familiares; escola e governo.

Os governos federal e estadual suspenderam as aulas presenciais como medida preventiva contra a COVID-19 a fim de evitar aglomerações e reduzir as possibilidades de contágio pelo vírus. A medida foi necessária, extrema, impactou o trabalho educacional porque os ambientes educacionais e os alunos não estavam preparados para tal cenário, que se inseriu em caráter emergencial e complexo, propagando uma jornada desconhecida e incerta.

Nesse contexto, diversos desafios foram enfrentados de forma global e muitas desigualdades foram acentuadas. No caso do Brasil, o agravante foi ainda mais acentuado em questões relativas às políticas sociais pois já enfrentávamos uma crise econômica com recessão, contingenciamentos e retrocessos na educação.

Analisando os últimos acontecimentos políticos no campo da educação, percebe-se o interesse do estado em não incentivar o desenvolvimento da mesma. Inicialmente, a promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 16 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016) congelou por vinte anos os investimentos em políticas públicas e, dessa forma, inviabilizou o Plano Nacional de Educação. Em 2017, verifica-se o não cumprimento em destinar 10% do produto interno bruto para a educação; no mesmo ano a reforma do ensino médio, a instituição da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro, a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017). Em 2018 a tentativa do Ministério da Educação de produzir alterações na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 e a Consulta Pública, sob a iniciativa do governo federal, de “atualização” da política supracitada. Esse movimento gerou embate em diferentes âmbitos tais como instituições especializadas, técnicos do Ministério da Educação, grupos de pessoas com deficiência e seus familiares, Ministério Público Federal e pesquisadores do campo da educação especial.

Todas essas medidas intensificam a lógica do neoliberalismo cuja finalidade é o recuo do papel do Estado, especialmente em relação às políticas sociais (HARVEY, 2012). Alguns recursos foram destituídos o campo social e com isso os autores que permeiam ficam a desginho do cenário que se projeta, sem grandes condições, com instabilidade política e cortes no orçamento público. A educação pública, direito do cidadão e dever do Estado, fica a cargo dos setores de menor interesse econômico. Nesse contexto o ensino remoto chega às escolas brasileiras.

Assim, inicia-se em meados de março de 2020 um cotidiano escolar à distância, no qual a comunidade educativa começa a vivenciar um cenário desconhecido com novas incumbências, responsabilidade, exigências e imposições legais contraditórias. Algumas escolas, como por exemplo as estaduais, inicialmente anteciparam as férias e recessos, outras como no caso de algumas escolas municipais ou profissionalizantes adotaram o trabalho home office aos funcionários convidados a participarem das atividades de formação e replanejamento, e posteriormente a continuar com as atividades educacionais não presenciais, ou seja, de forma remota, a distância.

O processo inicial de reorganização dos sistemas educacionais foi conturbado, mas necessário no período do isolamento. Segundo o documento orientador de

atividades escolares não presenciais do estado de São Paulo (2020) esse período leva em consideração os valores estabelecidos no Plano estratégico 2019-2022, deixando explícitas as suas premissas: foco na aprendizagem, equidade, colaboração, inovação, gestão baseada em evidências, ética e transparência. Para tanto, indica-se às equipes gestoras a urgência de levantamentos dos recursos dos alunos, assim como levar em consideração a diversidade do público. Concebido como *apoio*, a secretaria do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) criou o Centro de Mídia da Educação do Estado de São Paulo (CMSP), no qual realiza a transmissão de aulas em canal aberto de TV e pela internet. Atrelado a esse projeto, houve a disponibilização de plataformas digitais e a necessidade de materiais impressos e de livros didáticos (DOCUMENTO ORIENTADOR- ATIVIDADES A DISTÂNCIA; 2020). Os municípios do estado de São Paulo puderam optar ou não pela adesão ao centro de mídias, criaram normativas próprias a partir de suas realidades, a indicar que as realidades são diversas, sofrem variadas influências do contexto político, social e econômico. Nem todos os alunos da rede pública de educação têm acesso às plataformas e ferramentas criadas pela SEDUC-SP, os dados de acesso não são ainda oficiais, mas existe indicações:

“De 3,7 milhões de alunos, somente 1,5 milhão consegue acessar as aulas (...) O dado é confirmado pelo subsecretário de articulação da Seduc-SP (Secretaria da Educação do Estado de São Paulo), Henrique Pimentel Filho, que ressalta que o número citado pela sindicalista é referente aos acessos ao aplicativo "centro de mídias", onde ficam as videoaulas. No entanto, ele explica, as aulas são transmitidas, também, por dois canais disponibilizados pela TV Cultura. "A gente não tem como saber quantos estudantes acompanham as aulas pela TV", pontua (VESPA, 2020).

Nessa perspectiva, o Parecer CNE/CP N° 5, de 28 de abril de 2020 (BRASIL, 2020), primeiro e único publicado durante a pandemia, trata da realização de atividades pedagógicas não presenciais e os familiares são indicados como mediadores para as atividades escolares. Para que a mediação ocorra os familiares/responsáveis seguir a proposta enviada pela escola para o desenvolvimento das atividades e, nesse sentido, as tecnologias de informação e comunicação tornam-se essenciais.

O estudo de Souza e Dainez (2020) problematiza a questão do uso das tecnologias de informação e comunicação pelos alunos, destacando que:

Em pesquisa realizada sobre o uso da internet em casa por brasileiros em idade escolar, constatou-se que 37 milhões de crianças em idade escolar (9 a 17 anos), no Brasil não tem acesso à internet em casa (CETIC, 2019a). E, ainda, há dados que apontam que cerca de 93% das crianças de 9 a 17 anos têm acesso à internet por telefone móvel (CETIC, 2019b), o que repercute nas condições de estudo.

Estes dados evidenciam a desigualdade de acesso à escolarização em tempos de pandemia. Martins, Coutinho e Corrochano (2020, pág. 33), ao analisarem a região metropolitana de Sorocaba, encontram um panorama parecido nas respostas de 1.476 questionários: 96,13% dos estudantes abordados têm em suas residências equipamentos para acessar a Internet, com a prevalência de celulares; ou seja, 92% deles dispõem de pelo menos um celular. Para que os estudantes enfrentem o isolamento social sem prejudicar drasticamente seu processo de ensino aprendizagem faz-se preciso a criação de novas possibilidades. O direito à vida com saúde deve ser preservado, assim como o direito constitucionalmente garantido a uma educação de qualidade.

O Estado não teve um papel ativo nesse processo desde o início da propagação do isolamento social; em contrapartida foi ágil no atendimento dos sistemas financeiros liberando trilhões (GOVERNO DO BRASIL, 2020), hostil no acolhimento/atendimento às necessidades de sobrevivência dos cidadãos - exemplo desta atitude é a dificuldade retratada pela mídia do recebimento do “Auxílio emergencial” de R\$ 600,00 ou a abertura acelerada das grandes cidades, mesmo com os casos de infecção em alta.

No âmbito da educação especial, o planejamento das atividades escolares remotas foi desenhado sem amparo do governo, a partir de um processo coletivo, envolvendo comunidades escolares, instituições e organizações, universidades, movimentos sociais e de indivíduos, tanto que esse coletivo impulsionou as *lives* do período. Os saberes, práticas e materiais foram compartilhados a serviço da democratização do acesso à educação, muitos processos de tentativa e erro foram necessários, para que os alunos permanecessem com atividades de ensino aprendizagem durante o isolamento, equacionando assim os problemas causados na educação pela pandemia.

A perspectiva da educação especial e posteriormente da educação inclusiva, vem sendo discutida por meio de muitas lutas e legislações favoráveis às pessoas com deficiência. Inicialmente a modalidade da educação especial tinha um caráter meramente assistencialista com fatores predominantes do modelo médico da deficiência. A concepção de educar para inclusão, com forte cunho educacional evidenciado pelo modelo social da deficiência, passa a ganhar força a partir de 1994 com a Declaração de Salamanca.

No Brasil identificamos na LDBN um capítulo específico para Educação Especial, em que é sinalizada a ampliação e a responsabilidade do ensino público, a garantia do atendimento educacional especializado para os alunos com deficiência, e o estabelecimento de que a educação é direito de todos, inclusive das pessoas com deficiência, que podem ter atendimento educacional especializado, preferencialmente na escola comum (BRASIL, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL 2008, pág. 9) traz a definição da Educação Inclusiva como sendo um “paradigma educacional fundamentado na concepção dos direitos humanos” e orienta toda a política da Educação Especial que é transversal perpassando todas as modalidades de ensino, com a finalidade de promover o atendimento às necessidades educacionais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, público definido em muitos documentos como o alvo da Educação Especial.

O atendimento educacional especializado, expresso no documento supracitado, é entendido como oferta de serviços que geram oportunidades e condições de acesso e aprendizagem aos alunos da Educação Especial, mas esses serviços podem perpassar todas as modalidades de ensino (FACHINETTI, GARCIA e LOURENÇO, 2015) No entanto, a forma como ele é ofertado depende do público e modalidade a que se destina, podendo perpassar temas como acessibilidade e ações afirmativas (entre outros), sempre visando a efetivação de ações que garantam o acesso, a permanência e a participação dos alunos com deficiência.

Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de

informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, bem como nas práticas utilizadas pelos professores (BRASIL, 2008).

A última legislação que consolida os direitos educacionais das pessoas com deficiência é expressa na lei nº 13. 146 a qual instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (BRASIL, 2015), visando a inclusão social bem como a cidadania, por meio de condições de igualdade garantindo acessibilidade e inclusão em todos os âmbitos, ultrapassando assim o caráter educacional e ampliando os direitos das pessoas com deficiência na saúde, moradia, trabalho, infraestrutura e lazer.

Diante disso, o objetivo deste artigo é relatar as formas como as atividades pedagógicas no ensino remoto foram planejadas, desenvolvidas e efetivadas, por duas professoras de educação especial, desde a suspensão das atividades presenciais. Nesse contexto, partimos do relato de experiência, vivenciado por essas professoras inseridas em diferentes esferas, sendo uma no atendimento educacional especializado e ensino colaborativo ofertado em escola municipal e outra em curso profissionalizante para alunos com deficiência intelectual e vulnerabilidade social ofertado em escola profissionalizante. Ambas escolas estão localizadas em dois municípios distintos considerados de médio porte do interior do Estado de São Paulo.

Mesmo com a distinção dos ambientes e currículos, em que cada professora se insere, as respostas das práticas complementam-se e evidenciam um trabalho colaborativo com as famílias. Nesse sentido, todo o percurso adotado para que as práticas se tornassem possíveis no trabalho remoto foram descritas e analisadas com base na literatura.

Pretende-se com essa publicação, encorajar novos modos de conceber a educação especial e de validar a importância das famílias nesse processo. No momento atual essa articulação faz-se necessária para o acompanhamento pedagógico, atendendo às especificidades das áreas do aluno com deficiência, sem negligenciar ou evidenciar as diferenças sociais manifestadas na pandemia.

O estudo de caráter qualitativo, buscou abordar o relato de experiência das duas professoras. Segundo Godoy (1995) a pesquisa qualitativa proporciona dados descritivos que envolvem pessoas, lugares e processos interativos do pesquisador com

o ambiente e as situações. Ainda segundo Gil (1999) a abordagem qualitativa favorece o aprofundamento do fenômeno de estudo e suas relações, valorizando as individualidades e multiplicidades das situações.

Os relatos foram apresentados por meio de categorias elencadas para melhor compreensão das estratégias e práticas pedagógicas adotadas para continuidade do currículo proposto na escola municipal e na escola profissionalizante. Abaixo são apresentadas as categorias e os relatos.

ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO

CATEGORIA 1: ESTABELECIMENTO DE VÍNCULOS

O estabelecimento de vínculo com os alunos foi o ponto inicial para continuidade das atividades e para que isso ocorresse foi necessário identificar quais os meios tecnológicos disponíveis para manter uma comunicação adequada com os alunos e/ou responsáveis. Verificou-se que a ferramenta acessível a todos era o celular, como identificado na pesquisa de Martins, Coutinho e Corrochano (2020).

Nesse sentido, grupos de *Whatsapp* foram criados com alunos e seus responsáveis. A ideia de estabelecer vínculo por esse canal foi a alternativa viável diante do cenário inédito. No entanto, muitas questões surgiram em decorrência disso, como por exemplo, não ser adequado para o acompanhamento das atividades e a ideia de invadir um espaço utilizado para outros fins. Os responsáveis pelo número de *Whatsapp* utilizam e precisam do celular para outras atividades cotidianas, as quais nunca estiveram atreladas à função de ensino remoto ou não presencial. Isso foi verificado logo nas primeiras semanas em muitos relatos: “Minha outra filha utiliza o celular, para discussão de grupos na escola regular” ou “Eu deixo meu celular com meu filho mais novo para assistir vídeos de desenho”; “Eu saio para trabalhar e levo o celular, meu filho só pode ter acesso à noite, quando retorno” e “Tenho vários filhos não consigo realizar as atividades com todos”.

Após essas verificações optou-se por utilizar os grupos como uma ferramenta de comunicação contínua e para isso decidiu-se utilizar uma linguagem personalizada e acessível, sempre com alinhamento de informações referentes ao posicionamento da

escola, do governo e das normativas municipais, assim não ocorreria diversificação das informações. Todas essas ações ocorreram de forma transparente e humanizada no sentido de manter o vínculo com os alunos e seus responsáveis.

CATEGORIA 2: READAPTAÇÃO DO CURRÍCULO

A readaptação do currículo, tornou-se necessária para a continuidade das atividades e exigiu um equilíbrio entre gestão permanente, para verificar a periodicidade de participação dos alunos, e engajamento para manter o aluno presente e participativo na tentativa ou proposta de ensino remoto.

A avaliação do acesso às tecnologias e do nível de autonomia dos alunos para acessá-las ofereceu informações cruciais para a adaptação do currículo. Após coletar esses dados em contato por *Whatsapp* e ligações telefônicas, os conteúdos programáticos dos currículos foram ajustados, sempre pensando no engajamento do aluno. Atividades de domínio social, conceitual e prático foram elaboradas pensando no ambiente, a residência dos alunos em interação com os pais e/ou responsáveis. Para planejar a adaptação dessas atividades foram elencados alguns indicadores que permitiram criar um percurso educativo proposto ao aluno, a saber: recursos; saberes mobilizados e interação dos alunos que servirão de base; planejamento e avaliação para as professoras.

As avaliações foram cruciais para verificar a participação dos alunos, mas na readaptação da mesma foi necessário torná-la flexível no sentido de abrir mão de alguns elementos para manter o aluno na base e buscar o que abriu na continuidade com o futuro retorno. Nessa perspectiva ocorre um equilíbrio entre gestão das atividades escolares e integração que é onde verifica-se o engajamento do aluno. Nesse sentido, foram utilizadas as seguintes estratégias: interações e envio de atividades por *WhatsApp*; estabelecimento de comunicação por meio de ligações telefônicas e retirada de materiais didáticos; exercícios impressos e recursos na unidade educacional. No caso da escola municipal, há também postagem das tarefas semanais no site da prefeitura. Estes foram os meios disponíveis, a fim de atender a maior parte dos alunos e famílias.

CATEGORIA 3: DIVERSIFICAÇÃO DE MÉTODOS

Não há insumos históricos para realizar análise preditiva no cenário do COVID-19. Entretanto, a análise prospectiva é imprescindível para a atuação preventiva e a diversificação dos métodos também se torna importante para que os alunos continuem engajados no processo de ensino aprendizagem devido às dificuldades encontradas desde a criação do grupo de *WhatsApp*.

As atividades foram desenvolvidas com métodos diversificados que tornaram comum o uso de aulas remotas com atividades síncronas, aquelas nas quais os alunos e os professores estão online no mesmo tempo/espço e com as assíncronas, aquelas em que os alunos fazem no tempo da aula mas não estão ao vivo durante a realização das mesmas; ambas as atividades estão atreladas a diferentes plataformas e recursos físicos.

Essa característica faz parte do ensino híbrido que promete ser tendência para a educação em um mundo pós-pandemia. A etimologia da palavra híbrido é do latim e seu significado inicialmente está atrelado a um cruzamento genético entre dois seres diferentes; uma expressão utilizada para referir-se a uma composição de dois elementos distintos. Usualmente nos referimos aos carros híbridos, monitores híbridos e no caso em discussão, educação ou ensino híbrido, no qual o conceito abrange uma série de variáveis.

Para Horn e Staker (2015, p. 34) o ensino híbrido “é qualquer programa educacional formal no qual um estudante aprende, pelo menos em parte, por meio do ensino on-line, com algum elemento de controle dos estudantes sobre o tempo, o lugar, o caminho e/ou ritmo”. Assim a relação entre híbrido e ensino acontece no contexto de relações firmadas e práticas efetuadas em rede.

Na experiência da professora do ensino profissionalizante, três foram as formas de ensino híbrido: encontros síncronos no *ZOOM*, um aplicativo gratuito que fornece possibilidades de conferências remotas, ideal para reuniões online, bate-papo e colaboração móvel, sendo possível acessar com internet por meio de smartphones ou computador e apostila impressa com atividades diárias remotas.

Os encontros no *ZOOM* ocorreram de forma complementar, uma vez que não foram todos os alunos que tiveram disponibilidade de acessar o *link* para o encontro

online. O desenvolvimento de apostila com atividades diárias, foi a construção de material acessível, para que todos pudessem desenvolver o conteúdo. A escola era responsável pela impressão da apostila de atividades, e os pais e responsáveis retiravam a apostila na unidade escolar ou recebiam na residência pelo correio.

Na realidade da escola municipal não há a ocorrência de atividades síncronas. Portanto, as possibilidades estabelecidas foram atividades assíncronas enviadas pelo *Whatsapp* e postadas no site da prefeitura; além disso, atividades e recursos impressos foram retirados na unidade escolar. As atividades enviadas incluem vídeos, jogos no powerpoint, roteiro de estudo, contações de história, utilização de livros didáticos, recursos com materiais diversificados e atividades plastificadas e impressas. Nessas ações merecem destaque o apoio da gestão escolar e a mediação dos pais/responsáveis que auxiliaram os alunos no desenvolvimento das atividades e no acesso aos encontros online; pais e gestores contribuíram para realização das propostas das professoras.

CATEGORIA 4: PARCEIRA COM AS FAMÍLIAS

A parceria entre escola e família é um fator de relevância no campo educacional e variadas pesquisas apontam a importância do tema investigando as possibilidades e ações para que esse vínculo se fortaleça (BORGES; GUALDA, CIA; 2015; CIA, BORGES; CHRISTOVAM, 2014; BRITO; SILVA, 2019). Nesse sentido, a nova realidade traz contribuições importantes para o entendimento da maneira como esta relação que precisou ser intensificada e como está sendo estabelecida.

A utilização do ensino remoto foi marcada por inseguranças tanto para a escola quanto para a família. No entanto, os relatos das professoras são positivos em relação a essa parceria. As professoras necessitaram de flexibilidade e empatia ao se colocar no lugar da família e considerar suas rotinas e realidades, principalmente se tratando de alunos público alvo da educação especial (PAEE).

Cia, Borges e Christovan (2013) explicitam a importância da escola valorizar o papel da família na formação intelectual da criança, deixando claro que os responsáveis devem ser agentes ativos nesse processo. Na pandemia, esse envolvimento ativo e constante dos pais/responsáveis tornou-se uma demanda necessária, o principal ponto na relação escola e aluno. As famílias ou responsáveis com os quais as professoras

estabeleceram os contatos foram solícitas e estão conseguindo manter uma rotina de estudos junto aos alunos, apesar das dificuldades, mostrando comportamentos de adaptação às novas realidades. Este dado corrobora o estudo de Brito e Silva (2019) segundo o qual umas das potencialidades das famílias de alunos PAEE são as mudanças no estilo de vida e a capacidade de se adaptar às novas condições. Para essas famílias as mudanças, para responder às necessidades dos filhos, não é algo novo em suas rotinas, o que pode ter influenciado seus comportamentos na pandemia.

Tanto na escola profissionalizante como na escola da prefeitura as professoras enviam as atividades atreladas a vídeos ou áudios instrucionais com explicações e modelos de aplicação das atividades. Para os alunos sem acesso à internet ou com acesso restrito ou inconstante, as atividades e recursos são enviados com instruções escritas e bem detalhadas e o acompanhamento é realizado via ligação telefônica. As devolutivas das famílias são realizadas por meio de fotos, vídeos, áudios e mensagens. Para as atividades impressas, a professora oportuniza um campo para que a família relate dificuldades, necessidades e momentos positivos. Destaca-se nesse contexto que as professoras dão *feedbacks* e emitem mensagens para a motivação das famílias, evidenciando seus pontos positivos, seu esforço e dedicação, pois para além dos alunos, os familiares também precisam se sentir valorizados e incentivados, principalmente em situações estressantes.

Destaca-se nesse cenário, que a relação com algumas famílias ou responsáveis se tornou mais positiva e intensa, havendo maior nível de comunicação, interação e troca de informações acerca dos comportamentos, aprendizado e desenvolvimento dos filhos, assim como em situações de dificuldades os professores e a escola conseguem oferecer suporte às famílias no encaminhamento de ações de cunho social, visando o bem estar do aluno e de seus familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desafio de se pensar na educação especial e inclusiva no cenário que se projeta é imenso, por isso a importância de discussões sobre a falta de apoio e os poucos procedimentos propostos pelo governo federal, que tem deixado a desejar, já desde

antes da pandemia, fazendo opções mais ligadas ao interesse neoliberal, desconstruindo assim conquistas importantes no campo social, especialmente na área educacional.

O momento é de reflexão e luta por direitos, de saúde, cidadania, educação, igualdade e da oferta do bem público de qualidade acessível a todos, pois a COVID-19 não impactou apenas no universo econômico, mas no social, ideológico e político. Os relatos descritos apontam para a necessidade de diálogo entre professores, pais e alunos, a fim de gerar a motivação necessária para que todos e, principalmente o aluno, se mantenha em atividade, mesmo que de modo remoto e com dificuldades nas circunstâncias do isolamento.

Outra questão que podemos elencar nesse artigo para futuras pesquisas e ações é a necessidade de se pensar não apenas no estímulo ao ensino remoto, mas em sistemas e modelos institucionais que aproximem todos os participantes do processo de aprendizagem, para que o aluno não se sinta desamparado.

Para atingir o propósito maior, que é o de manter os sujeitos ativos durante o isolamento é necessário permitir a todos os participantes do processo, possibilidades de acesso a conteúdos digitais, um ambiente acessível de trocas, não apenas dos conteúdos, mas principalmente no fortalecimento das relações sociais por meio do diálogo e demonstrações de afeto necessárias ao ato educativo e aos seres humanos.

FACHINETTI, T. A.; SPINAZOLA, C. C.; CARNEIRO, R. U. C. Inclusive education during the pandemic context: reporting challenges, experiences and expectations. *Educação em Revista*, Marília, v. 22, n. 1, p. 151-166, 2021.

ABSTRACT: This article deals with the challenge of thinking about special and inclusive education in the pandemic scenario caused by the Coronavirus. The purpose of this article is to report on the ways that pedagogical activities in remote teaching were planned, developed and carried out, by two special education teachers, since the suspension of classroom activities. The discussions revolve around the pedagogical practices adopted in the face of emergency remote teaching, interact with the regulations of the Ministry of Education, with the lack of support and the few procedures proposed by the federal government, that in a greater instance, even before the pandemic, with a global neoliberal economic system, it has transformed great social achievements in the name of capital interests. The methodology adopted was of a qualitative nature in which the reports were divided in four

categories. As a result, the experiences reported by the teachers showed a new meaning in education. There is also a positive narrowing in family and school relations, developing a higher level of communication, interaction and exchange of information about behaviors and learning. In conclusion the the education is living a moment of reflection and struggle for rights, health, citizenship, education, equality.

KEYWORDS: Inclusive education. Pandemic. Remote Teaching.

REFERÊNCIAS

- BORGES, L.; GUALDA, D.S.; CIA, F. Relação família e escola no contexto da inclusão: opinião de professores pré-escolares. *Revista Teoria e Prática*, Rio Claro, v. 25, n. 48, 2015, p. 168-185.
- BRASIL. Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, p. p. 27833, col. 1, 23 dezembro 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 14 de setembro de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em 20 ago. 2015.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União* - Brasília, DF, Seção 1, p. 2, 07 julho 2015. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 19 de agosto de 2020.
- BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 241, Seção: 1, p 2 15 dezembro 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc95.htm >. Acesso em: 14 de agosto de 2020.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, CLIV, nº 35, p. 208-222, 17 fev. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em 14 de agosto de 2020.
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Resolução CNE/CP 2/2017. *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 dez. 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 >. Acesso em: 14 de agosto de 2020.

BRASIL. Secretaria da educação do Estado de São Paulo. *Documento orientador atividades não escolares não presenciais*, São Paulo, SP [2020], p. 1-60. Disponível em:

<<http://www.escoladeformacao.sp.gov.br/portais/Portais/84/docs/pdf/documento-orientador-atividades-escolares-nao-presenciais.pdf>>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

BRASIL. Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020. *Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19*. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

BRASIL. GOVERNO DO BRASIL. *Banco Central anuncia conjunto de medidas que liberam R\$ 1,2 trilhão para a economia*. 24 de março de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/banco-central-anuncia-conjunto-de-medidas-que-liberam-r-1-2-trilhao-para-a-economia>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

BRITO, D.S.L.; SILVA, A.M. Famílias de crianças com deficiência e escola comum: necessidades dos familiares e construção de parceria. *Revista Eletrônica de Educação*, São Carlos, v. 13, n. 3, 2019, p. 1116-1134.

CIA, F. BORGES, L. CHRISTOVAM, A.C.C. Relação família e escola na educação infantil de crianças público alvo da educação especial: possibilidades e desafios. In: CARNEIRO, R.U.C.; DALL'ACQUA, M.J.C.; CARAMORI, P.M. (orgs.). *Educação especial e inclusiva: mudanças para a escola e sociedade*. Paco Editorial, 2014.

FACHINETTI, T.A.; GARCIA, A. G.; LOURENÇO, G. F. Atendimento educacional especializado (AEE) e a oferta para alunos com deficiência física. *Crítica Educativa*, Sorocaba, v. 1, n.2, jul./dez. 2015, p. 172-186.

GODOY, A.S. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de administração de empresas*. São Paulo, v. 35, n. 2, 1995, p. 57-63.

GIL, A.C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2012.

HORN, M. B.; STAKER, H. *Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação*. Porto Alegre: Penso. 292 p. 2015.

LEPED. UNICAMP. *Em defesa da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: análise e manifestação sobre a proposta do Governo Federal de reformar a PNEPEI (MEC/2008)*. Campinas: Unicamp, 2018. Disponível em:

<<https://inclusaoja.files.wordpress.com/2018/05/texto-de-anc3a1lise-dos-slides-sobre-a-reforma-da-pneepei-final1.pdf>>. Acesso em: 17 de agosto de 2020.

MARTINS, M. F.; COUTINHO, L. C. S.; CORROCHANO, M. C. *Condições e dinâmica cotidiana e educativa na RMS (Região Metropolitana de Sorocaba/SP) durante o afastamento social provocado pelo coronavírus*. 2020. Relatório de Pesquisa. (Relatório técnico-científico de pesquisa do Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, PPGEd-SO). Sorocaba: UFSCar, 2020. Disponível em: <https://www.ppged.ufscar.br/pt-br/arquivos-1/relatorio-de-pesquisa-educacao-e-coronavirus-na-reg-de-sorocaba-ufscar-26-05-2020pdf.pdf>. Acesso em: 17 de agosto de 2018.

VESPA, T. SP: só metade dos alunos acessa aula online; professores relatam sobrecarga. *Educação UOL*. São Paulo, maio de 2020. Disponível em:

<<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/05/29/sp-metade-dos-alunos-acessam-aulas-on-line-professores-relatam-sobrecarga.htm>>. Acesso: 23 de setembro de 2020.

Recebido em: 24/09/2020.

Aprovado em: 03/12/2020.